

Balanço crítico global da implementação do projecto

A Parceria de Desenvolvimento (PD) faz um balanço muito positivo do projecto e da implementação das actividades. Quando os parceiros decidiram apresentar uma candidatura ao EQUAL tinham um objectivo comum muito bem definido: promover e facilitar a ocupação e integração dos requerentes de asilo (RAs) no mercado de trabalho. Este objectivo foi plenamente atingido. Consideramos que graças à intervenção tornou-se mais fácil para os RAs o acesso à formação profissional, a participação em processos de validação de competências e a ocupação dos seus tempos livres (daqueles que ainda não estão autorizados a trabalhar). A PD preparou, acompanhou e incentivou a entrada de RAs nos cursos de analista de laboratório, de empregados de mesa e de corte de carnes no CFPSA. Paralelamente, procurou-se inserir requerentes de asilo no Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) da SCML. Pode dizer-se que o projecto contribuiu para a melhoria das condições de vida dos RAs, bem como para a alteração de comportamentos por parte dos próprios técnicos da PD, e da sociedade de acolhimento em geral. De referir também o facto de algumas actividades se terem iniciado tardiamente como a bolsa de voluntariado, o e-learning e a validação de competências, o que não terá permitido a integração de mais RAs, nem um envolvimento equitativo e regular de toda a PD em todas as actividades do projecto. No entanto, a prioridade não era inserir o maior número possível de RAs nas actividades do projecto. Nem tão pouco limitarmo-nos (o que por si só seria positivo) a promover o aumento de qualificações dos nossos beneficiários. Mais do que isso, e por se tratar de um projecto experimental, pretendíamos experimentar novas formas de intervenção, novas metodologias de intervenção assentes no trabalho em parceria e em rede. Também aqui tínhamos um objectivo muito claro: partindo do diagnóstico e necessidades sentidas pelos RAs trabalhar em conjunto no sentido de ultrapassar os constrangimentos existentes e que ao longo do tempo impediram que este grupo pudesse integrar Centros de Formação Profissional e programas do tipo do RVCC. Este objectivo foi, também, amplamente atingido. A PD desenvolveu assim uma abordagem integrada, assente no trabalho articulado entre as instituições que a constituíam. O conjunto das actividades delineadas demonstra por parte das entidades parceiras (responsáveis pelo acolhimento e integração ao nível social, jurídico e profissional) um conhecimento real desta população e dos problemas com que se debatem diariamente. A valorização pretendida nas vertentes da língua, da cultura, da participação em actividades ocupacionais, actividades socioculturais e de apoio à comunidade e da formação são fundamentais à integração deste público-alvo. Um dos aspectos mais positivos do projecto terá sido mesmo a forma integrada como a PD trabalhou a questão da integração. Por um lado, porque não nos centramos apenas na integração na formação ou na validação de competências, mas também na 1) formação complementar e em paralelo, em língua portuguesa; 2) na integração no voluntariado como veículo de aquisição e desenvolvimento de novas competências e de ocupação, promovendo uma aproximação ao contexto real de trabalho; 3) na organização de actividades socioculturais, para que os RAs pudessem conhecer melhor a cultura e os hábitos dos portugueses; 4) nos ateliers gastronómicos, através dos quais se pretendeu evidenciar as competências dos requerentes, as suas capacidades e sobretudo, que possuem know-how que pode ser útil à sociedade de acolhimento (não só os participantes - formadores, técnicos e outros - puderam aprender a cozinhar receitas de outros países como, inclusivamente, algumas receitas vão ser incluídas no programa dos cursos de cozinha do CFPSA); 5) no RefugiActo que procurou ao longo das actividades do projecto mais uma vez evidenciar as competências, a criatividade e sobretudo, mostrar de uma

forma artística quais os problemas e dificuldades sentidas por este grupo em Portugal. Aliás, o grupo teve oportunidade de “sair” do próprio projecto, actuando em diversas eventos ligados à luta contra a discriminação e as desigualdades. Neste sentido deram um importante contributo para a igualdade de oportunidades e para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos têm um lugar e onde todos têm algo a dizer. Houve igualmente uma intervenção integrada que abrangeu o nível profissional, jurídico e social, e em todas as fases do processo: recrutamento e selecção, apoio social, acompanhamento social aos formandos e às suas famílias, resolução dos problemas jurídicos. Procuraram-se flexibilizar procedimentos e ultrapassar os diversos obstáculos encontrados, desenvolvendo metodologias inovadoras. O projecto tinha também objectivos transversais tais como a sensibilização da sociedade de acolhimento para a temática do asilo e refugiados e a promoção da igualdade de oportunidades. A forte adesão ao curso de e-learning “Sensibilização sobre Asilo e Refugiados” (organizaram-se 3 acções e mesmo assim, não foi possível que todos os inscritos pudessem participar), juntamente com o bom acolhimento proporcionado aos RAs aquando da realização das actividades socioculturais, e também ao nível do voluntariado e das actividades culturais e gastronómicas realizadas no CFPSA e noutros locais demonstram que também este objectivo foi conseguido. Desde o início que a PD se preocupou em promover a integração das mulheres. A PD tinha consciência que teria que desenvolver acções específicas no sentido de assegurar que as mulheres tinham acesso às actividades do projecto. Na maioria dos casos, as mulheres requerentes de asilo, principalmente quando têm filhos a cargo, acabam por ver vedado o seu acesso à formação profissional (em contexto familiar tende a ter mais peso e relevância social e económica o emprego do marido ou a sua formação profissional). No caso daquelas que estão sozinhas com filhos pequenos a situação ainda é mais gravosa. Não conseguem conciliar a vida profissional com a vida familiar, são excluídas da maioria das ofertas de emprego, permanecendo dependentes do apoio social das instituições como a SCML e CDSS-LX. Assim, procurou-se contrariar esta situação. Como? Reunindo com a família, trabalhando com as mulheres, mas também com os filhos e com os próprios maridos no sentido de ultrapassar as dificuldades existentes. Integraram-se os filhos nas creches, perto do local da formação e, mais tarde, perto do local de estágio. Realizaram-se visitas a creches/jardins-de-infância, articulou-se com as escolas e com os professores e educadores; trabalhou-se com as famílias no que concerne à gestão dos horários, etc. Para além do papel determinante da PD nacional, responsável pela implementação e sucesso do projecto, não devemos deixar de realçar os importantes contributos da parceria transnacional PASSI, a dois níveis. Por um lado, as instituições portuguesas contribuíram com o seu know-how e experiência ao nível do acompanhamento e apoio aos RAs e, sobretudo, ao nível da experiência e conhecimento sobre metodologias de RVCC ainda que não dirigidas especificamente a este público-alvo. Por outro lado, tiveram oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos na área do asilo, em particular, no que se refere à formação profissional e metodologias de validação de competências e ensino da língua da sociedade de acolhimento. As visitas a centros de formação, a centros de acolhimento, as reuniões com instituições, etc. constituíram um contributo significativo para o projecto. Salientamos em particular dois aspectos: a organização de um Modelo Comum de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências para RAs, que foi sem dúvida uma base importante (principalmente ao nível dos instrumentos, das áreas críticas e também daquilo que não deve ser explorado com esta população) e, em segundo lugar, a participação dos dirigentes numa reunião transnacional em Malta. Esta reunião foi determinante para o projecto nacional, na medida em que permitiu aproximar os diferentes dirigentes das instituições parceiras. Isto traduziu-se num maior empenhamento das instituições no projecto e num aprofundamento das

relações noutras actividades (ateliers gastronómicos, etc.). Foi um momento marcante porque permitiu que projecto VIAAS fosse integrado no centro da intervenção das instituições parceiras. Ao nível da cooperação transnacional destaca-se ainda a criação de um sistema de Intranet, posteriormente convertido num site, que reúne todo o trabalho realizado no âmbito da cooperação transnacional - em <http://viaas.refugiados.net/passi/>

Para terminar deve destacar-se, em termos de balanço global, que a dinâmica da parceria foi mais visível no decurso do último ano do projecto, consolidando-se, no entanto, todo o trabalho desenvolvido no início, tendo o CPR, enquanto promotor do projecto, sido o parceiro impulsionador do mesmo. Como aspectos menos positivos, gostaríamos de referir 1) a elevada rotatividade de técnicos na parceria (em particular, no que se refere à SCML e CDSS-Lx), o que se constituiu com um obstáculo à existência de uma dinâmica contínua no projecto; 2) não ter sido possível atingir o número de beneficiários previstos em candidatura, o que se em grande parte ao facto da participação nas actividades sócio culturais ter ficado abaixo do previsto; 3) não ter sido possível trabalhar com mais profundidade ao nível dos produtos a questão da empregabilidade/integração no mercado de trabalho; 4) o facto do projecto não prever bolsas, o que limitou o público-alvo (tivemos que nos centrar nos RAs que estavam a receber apoio do CDSS-Lx ou da SCML).

Balanço crítico global dos principais resultados e produtos do projecto

Como já foi referido anteriormente o balanço da PD em relação ao projecto é muito positivo. No nosso entender destacam-se como principais resultados: 1) o acesso à formação profissional e à língua portuguesa; 2) a oportunidade de instituições e serviços que tradicionalmente não trabalham com requerentes de asilo terem participado (CFPSA, serviço de RVCC da SCML, etc.); 3) a oportunidade de experimentar diferentes metodologias de intervenção e abordagens; 4) procura de soluções diferenciadas e inovadoras, que se traduziram na definição de projectos de vida mais realistas e concretizáveis para os requerentes de asilo; 5) flexibilização dos critérios de acesso à validação de competências e à formação; 6) participação dos requerentes de asilo nas instituições locais como voluntários e aproveitamento dessa experiência para o processo de validação de competências; 7) sensibilização das instituições para novos públicos; 8) novas práticas de funcionamento das instituições que resultam do contacto com estes públicos; 9) trabalho em rede e em parceria; 10) Agilização de procedimentos; 11) introdução de novas metodologias de trabalho dos técnicos e das instituições; 12) mobilização dos dirigentes para a especificidade dos problemas dos requerentes de asilo; 13) capacidade de transferir os produtos e práticas; 14) sensibilização e envolvimento de públicos distintos; 15) aumento de competências, auto-estima e confiança dos requerentes de asilo; 16) aumento das suas qualificações; 17) inovação ao nível da sensibilização da sociedade de acolhimento (e-learning); 18) Descentralização das actividades e construção conjunta dos parceiros; 19) Autonomização dos produtos; 20) Promoção da interculturalidade. A avaliação global face aos objectivos definidos em candidatura é, assim, muito positiva devendo-se, no entanto, destacar alguns aspectos mais negativos que não foi possível ultrapassar ao longo da intervenção: em primeiro lugar, a dificuldade em conseguir que todos os participantes requerentes de asilo concluíssem as actividades (quer pela sua desmotivação, elevada mobilidade, problemas relacionados com a legalização ou subsistência económica); dificuldades em inserir no mercado de trabalho aqueles que ainda estão em situação irregular (a PD está a trabalhar no sentido de legalizar estas pessoas: até ao momento conseguiu legalizar um requerentes e está em

vias de legalizar um outro. No entanto, ainda não há solução para o terceiro caso); reduzido número de participantes; início tardio de algumas actividades. O sucesso da intervenção realizada deu origem à concepção, desenvolvimento e validação de dois produtos e de uma prática bem sucedida, constituindo exemplos a seguir por outras organizações: 1) Guia de Boas Práticas para a Integração de Requerentes de Asilo, Refugiados e Imigrantes nos Centros de Formação Profissional: Metodologia integrada que aposta numa intervenção que conjuga formação profissional, articulando aulas de apoio de português, actividades de sensibilização, apoio aos filhos dos formandos, apoio psico-social, apoio jurídico, assente no trabalho em parceria e na rentabilização de diferentes recursos. Foi feito a partir das diferentes actividades que resultaram da participação dos requerentes de asilo em cursos de formação profissional ministrados no CFPSA (cursos de corte de carnes, de analistas de laboratório e empregados de mesas/bar). Estão também presentes as experiências e os resultados das aulas de português dirigido, dos ateliers gastronómicos, do RefugiActo (grupo de teatro apoiado pelo CPR, constituído por refugiados e requerentes de asilo) e outras acções de sensibilização, e, do mesmo modo, também as experiências e resultados da integração dos requerentes de asilo nos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de competências da SCML. Pela natureza eminentemente dinâmica do processo que lhe está na origem, não poderíamos sugerir para este documento uma leitura que não a que se faz baseada num movimento, num trajecto, tomando como referência dois períodos/momentos que correspondem a espaços e tempos de reflexão e intervenção do projecto – Antes da Formação e Depois da formação - ao longo das quais são apresentadas e propostas anotações das boas práticas que conseguimos identificar e cristalizar no VIAAS. No que respeita ao período antes da formação, a PD a partir da sua experiência considera que as boas práticas a serem disseminadas se situam ao nível: do diagnóstico necessidades; do trabalho em parceria (pressuposto fundamental para que esta metodologia funcione); da procura das ofertas formativas; da pré-selecção dos candidatos com o apoio das organizações que trabalham com a população – alvo; do processo de recrutamento e selecção; do período experimental de formação. Relativamente ao período depois da formação, as boas práticas propostas enquadram-se no âmbito: dos métodos de acolhimento e integração desta população nos Centros de formação; da sensibilização para a diversidade; actividades sócio-culturais; do acompanhamento personalizado aos formandos; do apoio e assistência à família; de bolsas e subsídios de formação; de aulas de português; na articulação entre todas as actividades formativas e numa clara aposta em turmas mistas. O produto é dirigido a centros de formação profissional, públicos ou privados, associações empresariais, etc. 2) Modelo de Acolhimento Orientação e Formação Base para Públicos em Particular Situação de Exclusão Social: Criou-se um mecanismo que colmatasse as barreiras específicas no domínio cultural, escolar e fluência do português que impedem o acesso ao processo de RVCC por parte destes públicos, facilitando, igualmente, a integração no mercado de trabalho. O modelo proposto assenta no trabalho em parceria e em rede e no apoio jurídico e sócio-económico. O modelo estrutura-se em torno de três eixos: Reconhecimento de Competências/História de Vida; Treino de Competências (Formação Base, Aulas de Português Dirigidas, actividades sócio-culturais); Projecto de Integração sócio-profissional (empregabilidade, formação profissional, actividades de voluntariado, integração no mercado de emprego), Sessões de Balanço de Competências com o objectivo de (auto) identificar as competências dos participantes (ao nível do Saber-Ser/Estar, Saber-Saber e do Saber-Fazer) em ordem à sua mobilização para futuras experiências sociais e profissionais na sociedade de acolhimento, bem como à (re)definição do seu projecto de vida, efectua-se um Balanço de Competências a partir da reflexão e exploração da sua História de Vida. Portefólio Pessoal/Vocacional A exploração da História de vida do adulto

é compilada num Portefólio Pessoal/Vocacional construído pelo participante sob a orientação da técnica que o acompanha. Esta construção é perspectivada como um processo de desenvolvimento, procurando registar, arquivar e documentar experiências de vida significativas, as aprendizagens decorrentes e as competências desenvolvidas em contextos formais, não formais e informais, bem como de evidenciar os seus objectivos de vida e o seu perfil e projecto vocacional com vista à integração sócio-profissional. A formação de base segue uma abordagem diversificada, com itinerários flexíveis, adaptados, abertos e desenhados à medida, tanto quanto possível individualizados, partindo das diversas potencialidades e necessidades identificadas, e que permita aos utentes aprender a aprender nas suas quatro vertentes. O Projecto Vocacional é desenvolvido com o objectivo geral de apoiar os utentes a definir um projecto de integração socioprofissional sustentável, tendo em conta as suas competências, potencialidades e necessidades formativas – identificadas no âmbito do Balanço de Competências/exploração da História de Vida e no contexto dos percursos formativos experienciados - e, por outro lado, as necessidades/ofertas reais do mercado de emprego identificadas e exploradas com o adulto nas sessões de BC ou na UNIVA do CPR. É dirigido a Centros Novas Oportunidades, Núcleos de Formação e Orientação, etc.; 3) E-Learning como Veículo de Sensibilização para a Problemática do Asilo e Refugiados – Relato de uma Prática Bem Sucedida: Utilizar o e-learning como forma de informar e sensibilizar para a área do asilo e refugiados (ou outras áreas temáticas), produzindo conhecimento novo. Os problemas a que se pretendeu responder foram: 1) Falta de oferta informativa e formativa na área do asilo e refugiados; 2) “Procura” em aceder a formação nesta área por parte de interessados geograficamente dispersos. A solução implementada foi a criação de um curso de sensibilização na modalidade e-learning, dirigido a todos os interessados no tema e sem grandes restrições no acesso (à excepção do acesso à Internet e do domínio da língua portuguesa). Os factores críticos que desempenharam um papel importante na emergência e na qualidade da prática foram: Colaboração do CPR com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados, o que permitiu juntar materiais muito especializados, de elevada qualidade, e que se podem utilizar gratuitamente e sem obstáculos de direitos de autor; Know-how por parte da equipa técnica do CPR em relação a formação na área do asilo e refugiados, incluindo formação via e-learning (desde 1995 que o CPR trabalha neste domínio na modalidade presencial); Número de pré-inscrições muito superior ao esperado, que levou ao encerramento das pré-inscrições antes do final de Setembro (as três acções ficaram completas num período de aproximadamente 3 semanas (20 Ago. a 13 Set.); Forte participação nos trabalhos da plataforma, no decorrer das 6 semanas da acção 1 (experimental); Avaliação muito positiva da acção 1 (experimental) por parte dos participantes, moderadores e formador; Incorporação das sugestões e comentários feitos pelos participantes da acção experimental na reprogramação das acções 2 e 3.

Balanço crítico global da participação em redes temáticas

A participação em actividades temáticas constituiu-se como uma mais valia muito significativa para o projecto. Genericamente podemos dizer que a participação nestas actividades nos permitiu enquadrar o nosso projecto a um nível mais global. Por outro lado, a participação ajudou a promover uma reflexão contínua da PD, e a introduzir significativas alterações metodológicas no decurso da acção 2. A participação do VIAAS nas actividades temáticas teve lugar a 3 níveis distintos: sessões temáticas no âmbito do EQUAL Nacional; reuniões do ETG5 e outros eventos de carácter europeu; participação na rede temática 2

“Integração Social e Profissional de Imigrantes, Requerentes de Asilo e Minorias Étnicas”.

1) Sessões Temáticas: A PD participou nas sessões “Auto-avaliação de Projectos” e de “Balanço de Competências” (22.09.2005), organizadas pelo Gabinete de Gestão EQUAL. No nosso entender, e apesar de já termos a experiência do EQUAL - Fase 1, foi muito importante participarmos nas sessões. Foi sobretudo importante porque pudemos ver exemplos práticos de como realizar um balanço de competências e de que forma podemos articular este trabalho com a auto-avaliação de projectos. A parceria participou também na sessão “Integração da Perspectiva do Género nos Projectos EQUAL” (08.11.2005). Esta sessão foi útil com vista a alertar a parceria para a necessidade de incorporar esta dimensão no projecto, dando algumas pistas sobre formas de a trabalhar. Teve, sem dúvida, um impacto directo na condução do projecto.

2) Reuniões do ETG5 e outros eventos de carácter europeu: em 2006 o projecto VIAAS recebeu ainda uma visita do grupo de consultores que trabalha para o ETG5, que vieram com o propósito de recolher informação para a elaboração de um documento de boas práticas na área dos requerentes de asilo. Esta visita foi positiva porque: - Permitiu à PD do VIAAS reunir com um conjunto vasto de entidades e assim dar a conhecer o projecto - Foi possível dar a conhecer aos requerentes de asilo mais informação sobre o projecto. Ainda em 2006 o coordenador do VIAAS teve a oportunidade de participar num encontro sobre requerentes de asilo na Grécia. Foi importante, em particular porque se debateram alguns temas que estão no seguimento da nossa parceira transnacional PASSI e actividades do VIAAS – Modelo de avaliação, validação e certificação de competências. São encontros extremamente importantes para percebermos o que está a ser feito ao nível da integração de requerentes de asilo, para comparar experiências e pontos de vista, para comparar produtos. O VIAAS participou, ainda, no EUROPEAN POLICY FORUM ON ASYLUM, entre 22-24 Maio de 2007, em Malmo (Suécia). A participação neste fórum trouxe ganhos significativos para o projecto na medida em que pudemos partilhar a nossa experiência no que se refere ao Reconhecimento, validação e certificação de competências dos requerentes de asilo, alargar a nossa rede de contactos e conhecimentos transnacionais. Consideramos que este tipo de actividades também contribui para a valorização e formação dos técnicos do projecto, para a aquisição de novos conhecimentos e metodologias de intervenção com estes públicos. Isto é tanto mais importante, se tivermos em atenção que o nosso projecto era o único dirigido a requerentes de asilo em Portugal. E, por isso, o contacto com outros projectos de outros países é fundamental. Gostaríamos ainda de valorizar a participação de uma requerente de asilo que estava a frequentar formação no Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA). Não só foi uma oportunidade para mostrar o trabalho inovador que estamos a realizar em Portugal, como permitiu a valorização da requerente de asilo, possibilitando-lhe um contacto mais próximo com a Iniciativa Comunitária EQUAL e com o nosso projecto.

3) Participação na rede temática 2 “Integração Social e Profissional de Imigrantes, Requerentes de Asilo e Minorias Étnicas”: Na opinião da PD a rede temática tem desempenhado um papel fundamental no acompanhamento das políticas de imigração e de asilo em Portugal, com a participação crítica de diferentes projectos. Por outro lado, alertou os participantes para novas problemáticas (ex: tráfico de seres humanos). No que respeita à validação de produtos tem contribuído activamente, no nosso entender, para a criação de produtos com mais qualidade. Refira-se a este respeito a importância de se realizarem validações intermédias e memorandos dos produtos. Outro aspecto positivo relaciona-se com a possibilidade e mais valia de a rede congregar instituições especializadas em diferentes áreas. Isso é positivo porque a rede pode desempenhar um papel importante na emissão de pareceres sobre anteprojectos de Lei, Planos de Integração, etc. relacionados com a problemática da imigração, asilo e tráfico. Este

aspecto contribui, igualmente, para “abrir os horizontes” aos participantes. Na 2ª fase do EQUAL, e tendo em conta o round 1, parece-nos que as redes temáticas europeias perderam um pouco de força e dinamismo. Este facto levou a que a rede temática nacional assumisse para nós uma relevância ainda maior. Sendo o VIAAS o único projecto em Portugal na área dos requerentes de asilo as redes temáticas europeias constituíram-se para a PD como uma fonte de informação, uma oportunidade para aprofundar conhecimentos sobre o asilo e partilhar experiências e boas práticas numa perspectiva mais ampla, e sobretudo mais europeia (já que ao nível da parceria transnacional estão representados apenas mais 4 países além de Portugal). Parece-nos que nesta 2ª fase as redes temáticas europeias tiveram menos peso e significância pelo que a PD se centrou mais na rede temática nacional. A participação na rede temática 2 foi assegurada pelo coordenador do projecto, em representação do CPR, e por uma técnica do CFPSA. As actividades da rede temática centraram-se sobretudo na validação de produtos dos projectos pertencentes a esta mesma rede. No entanto não podemos deixar de assinalar a importância da troca de experiências entre projectos e a oportunidade de trabalhar num produto comum da rede. A participação foi assim importante a vários níveis: 3.1) Validação de produtos. Do nosso ponto de vista, a rede foi a grande impulsionadora da validação dos produtos e de todos este processo. Através da rede o VIAAS teve a oportunidade de reflectir sobre as suas experiências numa lógica de construção de produtos, tendo sido criados momentos cruciais para a validação final (apresentação de memorandos, validações intermédias, etc.). Foi aliás através da rede que recebemos também informação do Gabinete de Gestão a este respeito, o que foi assegurado pela presença regular de um técnico do Gabinete (provavelmente se não estivéssemos na rede, este processo teria sido muito mais difícil e moroso). 3.2) Troca de informação sobre as diferentes experiências, projectos e problemáticas. Inicialmente, pertencer a uma rede em que se “misturavam” projectos de integração de imigrantes, refugiados, vítimas de tráfico de seres humanos e pessoas de etnia cigana, parecia forçado e pouco produtivo. No entanto, a partilha de experiências, conhecimentos, problemas e soluções, de diferentes actividades e formas de intervenção, de metodologias e instrumentos utilizados, o aprofundamento do conhecimento de diferentes territórios, constituíram-se como mais-valias e ganhos significativos para o projecto VIAAS. Estas experiências e sobretudo dificuldades, e imaginação na procura de soluções, traduziram-se em práticas inovadoras que tentámos, adaptar e aplicar no nosso projecto, com as devidas alterações. 3.3) Produto comum da rede – Prémio para as Melhores Práticas do Poder Local na Integração de Imigrantes, Refugiados e Minorias Étnicas. A PD do VIAAS considera que o produto comum da rede é uma boa forma de fazer perpetuar os princípios EQUAL e as metodologias de trabalho inovadoras que estão na base da procura de soluções para os problemas destas populações. Neste sentido, consideramos que foi um ganho significativo para as instituições que compõem esta parceria, permitindo dar continuidade ao trabalho em rede e em parceria. O produto comum da rede, pelas suas características, permitirá dar visibilidade a estas problemáticas (e não só à dos imigrantes); por outro lado, promove a participação e dinamização das instituições e dos municípios enquanto agentes de desenvolvimento, mas também enquanto instituições que garantem a qualidade e inovação das intervenções 3.4) Novas redes de contactos e a “descoberta” e rentabilização de outros recursos existentes. No nosso entender, a participação na rede permitiu às instituições parceiras, e em particular ao CPR e CFPSA, alargar a sua rede de contactos e de parcerias, e conhecer novos recursos disponíveis para apoiar os requerentes de asilo e refugiados. O balanço é muito positivo e a rede alcançou os resultados a que se propunha. Como resultados menos positivos, destacamos o peso excessivo (mas se calhar não podia ser de outra maneira) das validações no calendário da rede, deixando pouco tempo para

outras actividades igualmente importantes (reflexão conjunta sobre os projectos, elaboração do produto comum da rede, etc.). Importa ainda destacar que a coordenação da rede foi assegurada pelo coordenador do projecto VIAAS. Foi uma experiência muito interessante, embora tenha implicado um empenhamento muito grande por parte do CPR. O resultado final é, no nosso entender, muito positivo.